

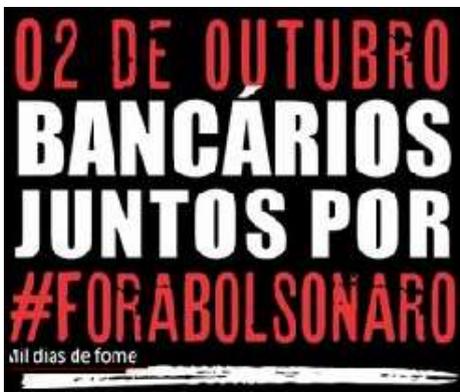


## Sábado é dia de #ForaBolsonaro

Após mil dias de Bolsonaro no governo, muitos brasileiros vivem o drama de não terem o que comer. Seis em cada 10 casas vivem em insegurança alimentar. Sem contar as 19 milhões de pessoas passando fome.

Neste sábado (2) haverá mais uma jornada de atos Fora Bolsonaro. Desta vez consolidando a união de forças e movimentos populares com partidos de oposição. A sexta série de manifestações contra o governo também é apoiada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e suas federações e sindicatos filiados, entre eles o Sindicato dos Bancários de Dourados e Região.

**DOURADOS PRESENTE:** A mobilização a favor da bandeira #ForaBolsonaro cresce cada vez mais às vésperas dos atos nacionais. Até o momento, 168 atos em



160 municípios brasileiros e em 14 países já estão confirmados. No Estado manifestações vão acontecer em Campo Grande e, em Dourados, sob a coordenação do Comitê de Defesa Popular, fórum de entidades que reúne mais de 40 movimentos sociais e sindicais do município, a concentração será a partir das 08h na Praça Antônio João, região central da cidade.

## Bolsonaro quer liquidar o país

Mais um motivo para tirar Bolsonaro da presidência. A intenção do governo é vender todas as estatais do país, inclusive os bancos públicos. O próprio ministro da Economia, Paulo Guedes, admite o crime de lesa-pátria. O plano é entregar a riqueza brasileira de mão beijada ao grande capital.

Durante evento promovido pela International Chamber of Commerce - ICC Brasil, na segun-

da-feira, Paulo Guedes disse que o plano econômico do governo para os próximos 10 anos é vender empresas como Petrobras e Banco do Brasil.

“Eu gostaria de privatizar todas as estatais, é uma forma de dizer. Quem dá o timing é a política”, afirmou o ministro. O governo nem disfarça o benefício à iniciativa privada, como os bancos, em detrimento da população.

## PEC 32: Votação adiada, valeu a pressão

A resistência de influentes setores da sociedade, principalmente os movimentos sociais, está funcionando e forçou o adiamento da votação da PEC 32 da Reforma Administrativa. O governo temia a derrota.

O presidente da Câmara Federal, Arthur Lira (PP-AL), apenas deu um recuo estratégico, enquanto o governo e os governistas correm atrás dos três quintos dos votos necessários à aprovação da Proposta de Emenda Constitucional. Portanto, é fundamental a intensificação da mobilização popular e da pressão sobre os deputados, a fim de enterrar de vez a PEC 32, tão prejudicial ao conjunto da sociedade.

A reforma administrativa atende unicamente à agenda ultraliberal, pois aprofunda o desmonte do Estado enquanto instrumento de moderação social, tornando-o mera ferramenta de maximização dos lucros, sem qualquer compromisso com os mais necessitados, com a cidadania. O objetivo da reforma é acabar com o serviço público.

## Custos do teletrabalho

É incontestável a importância do teletrabalho para diminuir as chances de contaminação pelo coronavírus. No entanto, para os bancos foi uma economia atrelada à alta no lucro, enquanto que os bancários sentiram o aumento das despesas de casa no orçamento. Depois da 2ª pesquisa do teletrabalho na categoria ficou claro que é necessária a negociação para garantir ajuda financeira para os trabalhadores cobrirem os gastos do trabalho remoto.

## CAIXA: Calote na PLR é destaque na mídia

Depois de a Caixa ter aproveitado o pagamento da primeira parcela da PLR para descontar da conta corrente dos empregados dívidas a vencer, a grande mídia repercutiu a denúncia feita pelo movimento sindical. É direito dos bancários receber os valores integrais da Participação nos Lucros e Resultados. A medida do banco é arbitrária e insensível, especialmente no atual cenário de recessão econômica, agravada com a pandemia. O assunto foi destaque em diversos sites. O movimento sindical enviou dois ofícios à Caixa questionando o valor pago referente à parcela adicional e à PLR Social.

## BB: Pressão pela devolução da coparticipação

A Comissão dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB) quer debater com a Cassi, o mais rápido possível, a devolução dos valores pagos de coparticipação, inclusive retroativos à resolução 23 da CGPAR (Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União), que teve os efeitos sustados com a aprovação e publicação no Diário Oficial da União do PDL 342/2021. A redução da coparticipação dos funcionários à Cassi é um compromisso firmado em mesa de negociação. A proposta é retomar os índices praticados em 2018.